

# DIRECÇÃO NACIONAL



**SECRETÁRIA**  
Andriela Sérgio  
G. PRINC. - CT SANTARÉM



**SECRETÁRIO**  
Arão Vicente  
CABO CHEFE - CT AVEIRO



**SECRETÁRIO**  
Cândido Silva  
CABO CHEFE - CT BRAGA



**SECRETÁRIO**  
Carlos Gil  
CABO - UAF CUMBRA



**SECRETÁRIA**  
Eduarda Rebelo  
G. PRINC. - CT VISEU



**SECRETÁRIO**  
Frederico Fragoso  
CABO - CT FARO



**SECRETÁRIO**  
Hédio Maia  
CABO - USHE



**SECRETÁRIO**  
Hugo Ribeiro  
CABO - UEPS BALTAR



**SECRETÁRIO**  
Miguel Oliveira  
CABO - CT GUARDA



**SECRETÁRIO**  
Nuno Rodrigues  
CABO - CT LEIRIA



**SECRETÁRIO**  
Paulo moita  
G. PRINC. - CT GIOP



**SECRETÁRIO**  
Roberto Mendes  
GUARDA - UEPS CBRANCO



**SECRETÁRIO**  
Rui Santos  
CABO - USHE



**SECRETÁRIO**  
Rubén Teixeira  
CABO - CT FARO



**SECRETÁRIO**  
Sandro Rodrigues  
CABO - UEPS LOULE



**SECRETÁRIO**  
Sérgio Oliveira  
CABO - UAF FARO



**SECRETÁRIA**  
Susana Cunha  
G. PRINC. - CT SANTARÉM



**SECRETÁRIA**  
Vânia Pereira  
G. PRINC. - CG/SG



**SECRETÁRIO**  
Victor Rocha  
G. PRINC. - CG/SG



**SUPLENTE**  
Nelson Barbosa  
CABO - CT MANADO C.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA GUARDA - APG/GNR  
ELEIÇÕES DOS CORPOS GERENTES TRIÉNIO 2024 - 2027 | DIA 08 DE ABRIL DE 2024

**VOTA LISTA A**



**VICE PRESIDENTE**  
José Miguel  
SARG. AJ. - RESERVA



**TESOUREIRO**  
Sandro Lopes  
CABO - CT SANTARÉM



**COORDENADOR**  
REGIÃO DE LISBOA  
E REGIÕES AUTÓNOMAS  
Eládio Rodrigues  
CABO - UCCF SETÚBAL



**COORDENADOR**  
REGIÃO NORTE  
José Correia  
G. PRINC. - UEPS BALTAR



**COORDENADOR**  
REGIÃO CENTRO  
Rui Sousa  
CABO MOR - CT VISEU



**COORDENADOR**  
REGIÃO SUL  
Luís Matos  
CABO - UCCF OLHÃO



**PRESIDENTE César Nogueira**  
CABO CHEFE - CT PORTO



**MANDATÁRIO**  
Manuel Peixoto  
SÓCIO APG/GNR Nº 6

ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA GUARDA - APG/GNR  
ELEIÇÕES DOS CORPOS GERENTES TRIÉNIO 2024 - 2027  
**DIA 08 DE ABRIL**

**“COM CORAGEM, COERÊNCIA E FIRMEZA NA LUTA”**

## CONSELHO FISCAL



**PRESIDENTE**  
Francisco Pereira  
CABO CHEFE - RESERVA



**SECRETÁRIO**  
Helder Gomes  
CABO - CARI



**SECRETÁRIO**  
Marco Costa  
CABO - CT LISBOA



**SECRETÁRIO**  
Luís Silva  
CABO - RESERVA



**SECRETÁRIO**  
Duarte Pinheiro  
CABO CHEFE - CT PORTO



**SUPLENTE**  
Sérgio Costa  
CABO CHEFE - CT BRAGA

## ASSEMBLEIA GERAL



**PRESIDENTE**  
José Manageiro  
CABO CHEFE - REFORMA



**SECRETÁRIO**  
José Segura  
CABO - RESERVA



**SECRETÁRIO**  
Paulo Guedes  
SARG. AJ. - CT AÇORES



**SECRETÁRIO**  
Nuno Guedes  
G. PRINC. - CG/SG



**SECRETÁRIO**  
Leonardo Freitas  
CABO CHEFE - CT MADEIRA



**SUPLENTE**  
Nuno Fernandes  
G. PRINC. - CT AVEIRO

## A NOSSA LISTA

As eleições para o triénio 2024/2027 surgem num momento particular do contexto político nacional e associativo. A cessação antecipada de funções do anterior Governo e a forte contestação que se tem materializado nas forças de segurança não podem ser ignoradas, designadamente num contexto em que teremos um novo responsável da Tutela. Com o lema “**Coragem, coerência e firmeza na luta!**” a lista cujo primeiro subscritor é César Augusto de Almeida Nogueira tem na sua composição aqueles que sempre deram a cara pelos profissionais da GNR, em prejuízo da sua vida pessoal e familiar, que nunca cederam a pressões, que têm sentido de responsabilidade e que têm legitimado a credibilidade que tem sido granjeada pelo associativismo profissional na Guarda Nacional Republicana.

Hoje ninguém pode ignorar a dimensão da APG/GNR.

Esta lista é uma lista experiente mas também renovada e que se escusa ao discurso fácil e destrutivo, mas antes propõe-se agir e construir, consciente de que o caminho terá que ter sempre como meta **o direito de associação sindical na GNR**. Esta é uma lista que defende a democracia, a independência, a união e a solidariedade de todos os profissionais da Guarda, no sentido do respeito pelo património reivindicativo de 32 anos de história, alicerce fundamental para o desenvolvimento das lutas que se avizinham e que, esperamos, tragam grandes vitórias.

Não nos podemos esquecer que foi desta forma que no passado a APG/GNR foi pioneira no associativismo profissional na GNR e que se ergueu enquanto maior associação profissional da GNR, alcançando vitórias entre as quais destacamos a abolição do RDM. Estas verdades não podem ser esquecidas.

Num quadro em que as funções de segurança pública têm sido desvalorizadas, esta é uma lista de proactividade, que tem posições claras, que conhece o terreno e que é feita de sócios e para sócios.

Esta é uma lista que tem consciência de que o futuro exigirá de nós uma capacidade de organização colectiva forte e efectiva que conta com a participação dos associados e que por isso reclama o associativismo sindical como prioridade.

**O que importa é proteger os profissionais da Guarda e os seus direitos** por via de instrumentos legais que garantam o direito de negociação e representação, porque, entendemos, nem a Constituição nem a legislação europeia o proíbem, apenas a lei do associativismo profissional que foi feita à medida de quem quis que não tivéssemos voz.

**VOTA LISTA**



**“COM CORAGEM, COERÊNCIA  
E FIRMEZA NA LUTA”**

## O CONTEXTO E DESAFIOS

Há questões que têm marcado o actual quadro político e que se vieram somar a muitas outras que eram já factor de descontentamento. **A atribuição de um suplemento de missão à Polícia Judiciária foi a pedra de toque** para a materialização contínua e determinada do descontentamento por via do protesto. Arredar a GNR e a PSP de um suplemento que tem como objectivo compensar o risco e penosidade das funções de um OPC não poderia ter outro resultado - uma união sem precedentes entre as estruturas da GNR e da PSP, apoiada pela participação de milhares de profissionais. **Esta é uma luta que continuaremos a protagonizar, sem cedências.**

Na continuidade daquilo que tem sido reclamado pelos actuais corpos gerentes da APG/GNR o que se exige é **a atribuição de um suplemento de missão aos profissionais da Guarda equivalente ao da PJ** e isto, sem nunca, mas nunca deixar na gaveta a necessidade de revisão do Regime Remuneratório da GNR, que se exige que contemple salários base que correspondam à centralidade das funções de segurança pública dos profissionais da GNR e que as dignifique.

Mas a dignificação das nossas funções, se passa pela valorização remuneratória, também passa pela revisão do nosso Estatuto, permitindo-se uma progressão na carreira mais célere, justa e transparente. Nesse sentido é importante que se proceda à revogação do Sistema de Avaliação, que acolheu os aspectos mais negativos do SIADAP e ainda teve a virtude de o piorar, tornando a progressão na carreira mais lenta e dependente de critérios subjectivos que não premeiam os mais aptos, mas sim os mais próximos das hierarquias.

E porque as condições de trabalho também abrangem outros aspectos, persistiremos na reivindicação de alterações à Lei de Infraestruturas e equipamentos do MAI, que deve ser executada em tempo útil e prevendo a sua fiscalização pelo parlamento. Investir em instalações e equipamentos é uma emergência que não pode ficar refém de percentagens de execução que não dão resposta às carências existentes e que são muitas. Prestar serviço em instalações a ruir e não ter acesso a material básico de protecção individual é um cenário terceiro-mundista que tem que acabar.

Há ainda outras questões de carácter mais estrutural e que, em coerência com aquilo que sempre foi defendido pelo projecto APG/GNR devemos sublinhar, na medida em que relevam para a defesa de uma Guarda autónoma, desmilitarizada, moderna e humanizada, que respeite a nossa dimensão de cidadania e esteja ao serviço dos cidadãos. Defendemos a nossa missão como sendo um serviço público, reclamando em simultâneo a não imposição de restrições ao exercício de direitos constitucionais. A restrição ao direito de associação sindical e a aplicação do Código de Justiça Militar à GNR com o argumento da natureza militar da Instituição ilustra bem a quem servem estas posições. Certamente não será aos profissionais!

### **Porque somos coerentes com os nossos princípios reivindicativos, propomos as seguintes linhas de acção:**

- Qualificação da GNR enquanto Força de Segurança autónoma reconhecendo-se a verdadeira natureza das suas funções de segurança pública;
- Exigir um efectivo por posto não inferior a 28 elementos;
- Exigir um horário de serviço de 35 horas semanais, na medida em que não é aceitável a imposição de um horário de 40 horas semanais, superior ao praticado para a restante função pública;
- Alteração à Lei de Programação de Infraestruturas e Equipamentos para as Forças e Serviços de Segurança do Ministério da Administração Interna no sentido da dignificação das instalações por via de intervenções atempadas e do investimento em equipamentos e meios de intervenção e protecção, garantindo-se a fiscalização da execução do diploma;
- Fardamentos adequados às necessidades do serviço e disponibilização do mesmo pela Guarda em número suficiente;
- Pagamento dos retroactivos referentes aos posicionamentos na Tabela Remuneratória Única, com referência a Janeiro de 2010, sendo que já existe um processo em tribunal sobre esta matéria, ganho pela APG/GNR em primeira instância;
- Revisão da política de suplementos de compensação pelo risco profissional atribuindo-se um suplemento de missão em moldes equivalentes ao da Polícia Judiciária;
- Qualificação da profissão como sendo de risco e desgaste rápido;
- Revisão do Sistema Remuneratório, no sentido de garantir vencimentos mais justos e adequados às funções desempenhadas, garantindo-se valorizações capazes de combater a perda de compra dos últimos anos;
- Dignificação da função do agente de autoridade, valorização dos recursos humanos, das carreiras e implementação de métodos de progressão justos e transparentes;
- Revogação do Regulamento da Avaliação do Desempenho dos Militares da Guarda Nacional Republicana e criação de um sistema novo, que não esteja vinculado ao SIADAP e reconheça a especificidade das funções de segurança pública;
- Cumprimento e respeito pelo Código Deontológico da função policial;
- Requalificação da carreira dos Guardas e Sargentos com formação superior, com especial destaque para as áreas de formação com interesse para a Guarda;
- Respeito pelo estatuto do trabalhador estudante e pelas normas jurídicas do cônjuge, constantes na legislação especial;
- Revisão do Regulamento Geral do Serviço da Guarda, no sentido de o tornar mais adequado às funções policiais exercidas na GNR;
- Representação associativa no Conselho Superior da Guarda e no Conselho Superior de Disciplina e Deontologia;
- Abolição da aplicação do Código de Justiça Militar aos profissionais da GNR;
- Revogação do Estatuto dos Serviços Sociais da GNR e desativação total de verbas;
- Cumprimento da não obrigatoriedade da realização dos serviços remunerados, criando-se uma escala de “disponíveis” para a realização deste tipo de serviços;
- Formação permanente e contínua, adequada à missão policial;
- Melhor gestão de recursos humanos com vista ao reforço da componente operacional, adequando os ingressos às carências existentes;
- Manutenção do SAD/GNR como sistema específico da Guarda e revogação do aumento dos descontos dos beneficiários, que devem incidir sobre 12 meses e não sobre 14 como sucede actualmente;
- Reposição do direito dos cônjuges ao SAD/GNR, nos moldes vigentes em 2005;
- Exigir que o superavit existente no SAD/GNR não seja, em caso algum, utilizado para outro fim que não a melhoria dos cuidados de saúde prestados;
- Alargamento do regime de convenções da SAD/GNR garantido a abrangência a especialidades hoje excluídas, como por exemplo a psicologia, a fisioterapia entre outras e garantir uma cobertura homogénea em todo o território nacional;
- Melhoria na qualidade na prestação de cuidados de saúde e implementação de políticas efectivas de higiene, segurança e medicina preventiva no trabalho;
- Revogação do Regulamento Geral de Saúde, adaptando-o às necessidades e realidade da Guarda e ao princípio da equidade;
- Valorização da Mulher na Guarda criando-se condições para o exercício de funções com dignidade;
- Reposição dos direitos perdidos na Aposentação;
- Contabilização integral do tempo que serviço em que vigorou o congelamento das carreiras.

## ASSOCIATIVISMO PROFISSIONAL

- Promover o diálogo institucional com a Tutela e com o Comando Guarda, pugnando pelos direitos dos profissionais e objectivos sufragados pela APG;
- Defesa intransigente de direitos colectivos, permitindo-se o direito de associação sindical tal como sucede noutras estruturas congéneres, nacionais e estrangeiras, devendo considerar-se nesse diploma, entre outros, os seguintes aspectos:
  - ◊ o direito de representação, designadamente no CSG e no CEDD;
  - ◊ o direito de negociação;
  - ◊ maior autonomia na organização e funcionamento das estruturas associativas;
  - ◊ regulamentação jurídica da figura do delegado associativo.
- Exigir o arquivamento imediato dos processos disciplinares e crime instaurados ao Presidente da APG/GNR.

## REFORÇAR A APG!

- Favorecer e fortalecer o diálogo e a cooperação com as Associações e Sindicatos das Forças e Serviços de Segurança no quadro da CCP, e de outras plataformas de entendimento de carácter esporádico ou permanente, nacionais ou estrangeiras, para análise de problemas comuns e intercâmbio de experiências e conhecimentos e intervenção conjunta.
- Integrar a EuPOL, como membro-fundador dinamizando e potencializando a participação da APG/GNR.
- Promover seminários sobre diversas matérias, quer promovidos pela APG/GNR, quer no âmbito da EuPOL e da CCP, no sentido de avaliar diferentes experiências.
- Ampliar e dinamizar a rede de delegados associativos.
- Proceder periodicamente à auscultação dos problemas, preocupações e aspirações dos profissionais e canalizá-las para as entidades responsáveis.
- Optimizar os canais de comunicação entre a Direcção Nacional da APG e os associados.
- Reforçar o apoio jurídico aos associados.
- Incentivar a realização de iniciativas sobre questões de cariz socioprofissional, que permitam a tomada de posições sustentadas sobre os problemas que afectam os profissionais e a actividade policial.
- Realizar reuniões específicas com os sócios de cada classe profissional e por áreas de intervenção, incluindo os reformados.
- Estimular o trabalho associativo e reivindicativo nas diversas Regiões.
- Lançar uma Campanha de novos sócios da APG, promovendo o conhecimento dos Direitos e da força da APG.

**Votar nesta lista é reforçar a APG/GNR, é criar condições para que esta associação, que é de todos nós, consiga conquistar, para todos, um estatuto profissional de dignidade.**

**Só a união de todos será capaz de dar resposta ao futuro!**

**Os direitos conquistam-se exercendo-os. Votar é um acto de liberdade! Votar é um imperativo de consciência!**

**NO DIA 8 de Abril participa! Vota! Esta associação também é tua!**

**ELEIÇÕES DOS CORPOS GERENTES TRIÉNIO 2024 - 2027 | DIA 08 DE ABRIL DE 2024**

ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA GUARDA - APG/GNR

**VOTA LISTA A**



**“COM CORAGEM, COERÊNCIA E FIRMEZA NA LUTA”**

